






Boletim RPPS



-  Resenha Macroeconômica
-  Comentários do Gestor
-  Entenda o Mercado
-  Fique de Olho
-  Portfólio de Fundos

Gerência Nacional de Investidores Corporativos

(11) 3555-6350 – geico@caixa.gov.br



EUA: Nos EUA, em decisão unânime, o Comitê de Política Monetária (FOMC) deu início ao processo de normalização da política monetária ao alterar a meta para a taxa básica de juros de 0% a 0,25% para 0,25% a 0,5%. A medida já era amplamente aguardada pelo mercado, que acompanhava atentamente o posicionamento favorável à normalização por parte de vários membros do FOMC. Porém, tanto na divulgação do comunicado, como na coletiva de imprensa, ficou evidente o tom cauteloso da autoridade monetária ao enfatizar que os aumentos ocorrerão de forma gradual, em consonância com a evolução da atividade econômica e com o comportamento das expectativas de inflação. No âmbito da atividade econômica, os dados apresentaram fraqueza no mês de dezembro, dando respaldo à cautela do FOMC.



A produção industrial de novembro (de -0,4% para -0,6%, M/M), continuou sentindo os efeitos da valorização do dólar e da queda no preço do petróleo, assim como o ISM de manufatura (de 50,1 para 48,6 pontos) puxado em grande parte pelo declínio no indicador produção (de 52,9 para 49,2 pontos). Já o varejo, apresentou aceleração modesta (de 0,1% para 0,2%, M/M), ficando abaixo da mediana do mercado (0,3%, M/M). Por fim, a última revisão do PIB do 3T15 foi reduzido de 2,1% para 2,0% (T/T, aa). O setor imobiliário teve desempenho misto, com as construções de casas novas mostrando expressiva alta (10,5%, M/M), enquanto as vendas de imóveis usados apresentaram queda de (-10,5%). Por outro lado, a notícia positiva veio do mercado de trabalho, ao reportar a abertura de 211 mil vagas em novembro.

EUROPA: Na Zona do Euro, o BCE anunciou a extensão do programa de relaxamento monetário implantado no início de 2015. Dentre as principais medidas, destacamos a redução da taxa de juros sobre depósito bancários, que passou de -0,2% para -0,3% e a prorrogação do prazo programa de compras de ativos, que passou de setembro de 2016 para março de 2017. Além disso, a instituição incluiu em seu programa de compra mensal os títulos emitidos por governos locais e regionais. Apesar da autoridade monetária ter deixado claro que voltaria a agir, caso necessário, houve frustração no mercado já que uma das medidas mais aguardadas, o aumento do volume de compras, não se concretizou. A revisão final do PIB do 3T15 mostrou que a economia desacelerou ligeiramente em relação ao 2T15, ao passar de 0,4% para 0,3% (T/T). Por outro lado, a produção industrial subiu 0,6% (M/M) em outubro, acima do consenso de mercado que era 0,3% (M/M). O PMI de manufatura também apresentou alta ao passar de 52,8 para 53,1 pontos e atingiu o maior nível em 20 meses. Além disso, outro dado que repercutiu positivamente no mercado foi o declínio da taxa de desemprego que passou de 10,8% para 10,7% em outubro. A confiança dos consumidores da Zona do Euro subiu pelo segundo mês consecutivo (de -5,9 para -5,7 pontos), enquanto o índice de expectativa dos agentes econômicos na Alemanha apresentou alta (de 10,4 para 16,1 pontos).

CHINA e JAPÃO: Na China, a produção industrial interrompeu a sequência de dois meses consecutivos de desaceleração. O indicador apresentou alta de 6,2% (A/A) ante 5,6% (A/A) em novembro, porém a tendência de baixa se mantém inalterada, já que grande parte dos indicadores considerados antecedentes tem mostrado fraqueza. Nesse sentido, destacamos o consumo de energia da indústria primária, que mostrou queda de 19% na média móvel mensal de três meses encerrada em novembro, assim como o PMI, que permanece em patamar de contração conforme a leitura de novembro (de 48,3 para 48,6 pontos). Os lucros industriais (-1,4%, A/A) também reforçam essa perspectiva, ao recuarem pelo sexto mês consecutivo. E a fim de tentar evitar uma desaceleração mais brusca da economia, o governo expandiu seus gastos em 18,9% no acumulado do ano até novembro e na comparação anual, o crescimento do dispêndio foi de 25,9%, porém, não tem conseguido afastar os receios do mercado. Na linha de conter a tendência de desaceleração da economia, o banco central chinês atuou no mercado ao longo de todo o mês realizando movimentos diários de desvalorização do yuan. No período, a moeda chinesa sofreu queda de 1,5%.

BRASIL: No Brasil, mais uma vez os eventos não econômicos pautaram o mês. Dentre os principais fatos, destacamos a perda do grau de investimento pela segunda agência de classificação de risco, a Fitch e tivemos a substituição do ministro da Fazenda, Joaquim Levy pelo então ministro do Planejamento, Nelson Barbosa. Ao longo do mês houve também uma importante mudança na sinalização do Banco Central a respeito da condução da política monetária. Sobre a atividade, os dados vieram mistos, porém, o desempenho geral foi superior ao esperado pelo mercado. Houve melhora pontual na confiança da Indústria (1,5%, dez/15) e de Serviços (1,0%, dez/15). A alta de 0,6% (M/M) do varejo restrito de outubro foi o principal destaque do mês. O movimento foi influenciado pela melhora nas vendas do setor de Hipermercados (+2,0%, M/M) e de Artigos farmacêuticos, médicos e de perfumaria (+1,5%, M/M). Apesar disso, o varejo ampliado continuou no terreno negativo (-0,1%, M/M), pressionado pelas quedas de 2,9% (M/M) das vendas de Material de Construção e de 0,9% (M/M) das vendas de Veículos e Peças. Outro dado que acabou surpreendendo o mercado foi o de desemprego. A taxa medida dentro da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de novembro caiu de 7,9% para 7,5% (M/M), influenciada tanto pela geração de emprego típica de fim de ano como pela tendência de redução das pessoas presentes na força de trabalho. Na mesma direção o Caged, mostrou em dezembro saldo de 52,6 mil vagas de emprego no setor do Comércio, alta típica do período.

INFLAÇÃO

IPCA: O IPCA de dezembro apresentou alta de 0,96%, abaixo tanto da nossa projeção (1,06%), como do piso das estimativas calculadas pela *Bloomberg* (0,97%). O resultado representa uma desaceleração na comparação com a alta de 1,01% observada em novembro. Apesar disso, do ponto de vista qualitativo, a composição do IPCA de dezembro continuou apresentando deterioração. Os preços livres (1,10%) mantiveram a tendência de alta sendo impactados, em grande parte, pelo forte aumento no preço dos alimentos. O índice de difusão foi o mais alto para o mês desde 2002, quando registrou 83,59% e a média das principais medidas de núcleo continuou avançando (de 0,66% para 0,76%). Para o IPCA de janeiro, nossa projeção inicial contempla uma desaceleração para 0,80%, em decorrência de inflação mais branda para os alimentos *in natura*. Por outro lado, os reajustes das tarifas de transportes públicos para várias capitais devem limitar a desaceleração do IPCA. Para 2016, nossa projeção é de 6,8%.

IRFM

A curva prefixada apresentou movimento de alta da inclinação, com os vértices curtos registrando queda e os vértices longos registrando alta em relação ao período anterior. Um dos grandes destaques se deu por conta da inclinação F17 X F21, que saiu de uma marcação de -10pts no período anterior para +60pts atualmente. Na extremidade curta da curva houve uma reprecificação para o cenário da Selic. Já na ponta longa, o destaque se deu por conta da agência de classificação de risco Moody's, que colocou os ratings de Baa3 de emissor e de títulos do Brasil em revisão para rebaixamento. Além do rebaixamento, outro fator que acabou contribuindo com a volatilidade da ponta mais longa da curva se deu por conta da troca no Ministério da Fazenda. Neste contexto, os sub índices IRF-M 1, IRF-M 1+ e IRF-M Total apresentaram no mês retorno de 1,1838%, 0,1642% e 0,5651%, respectivamente.

IMA-B

A curva de NTN-B apresentou fechamento (em taxa) até o vencimento de 2030, e abertura (em taxa) para os demais vencimentos mais longos. O prêmio de carregamento das NTN-B permanece elevado rodando acima dos 115% com indicadores e expectativa de inflação, ainda bastante pressionados. A inflação implícita apresentou abertura significativa nos vértices entre os anos de 2016 e 2020, influenciada principalmente pela expectativa de um ciclo menor de alta da Selic, o que consequentemente poderia abrir espaço para uma pressão mais intensa da inflação para os próximos anos. Já as NTN-B longas performaram de acordo com o movimento observado na extremidade longa da curva prefixada e registraram alta em níveis de taxa. Neste contexto, os sub índices IMA-B 5, IMA-B 5+ e IMA-B Total apresentaram no mês retorno de 2,1202%, 1,1288% e 1,5220%, respectivamente.

DESEMPENHO DOS ÍNDICES DE RENDA FIXA vs META ATUARIAL (31/12/2014 a 31/12/2015)



Fonte: CAIXA

MERCADO DE CRÉDITO PRIVADO

As captações locais por meio de emissão de dívida em dezembro apresentaram movimento contrário ao verificado ao longo do ano. No mês, as empresas captaram mais de R\$ 9,5 bilhões em emissões de debêntures. Em novembro haviam sido captados apenas R\$ 275 milhões por este mesmo meio. O aumento das captações tende a ser reflexo de um movimento sazonal, quando as empresas procuram levantar caixa no final do ano e melhorar o perfil da dívida do balanço consolidado de 12 meses. Vale ressaltar que, deste total, nem todas as operações contaram com esforços coordenados de distribuição aos mercados, como foi o caso da NCF Participações, responsável por uma emissão de R\$ 5 bilhões em debêntures.

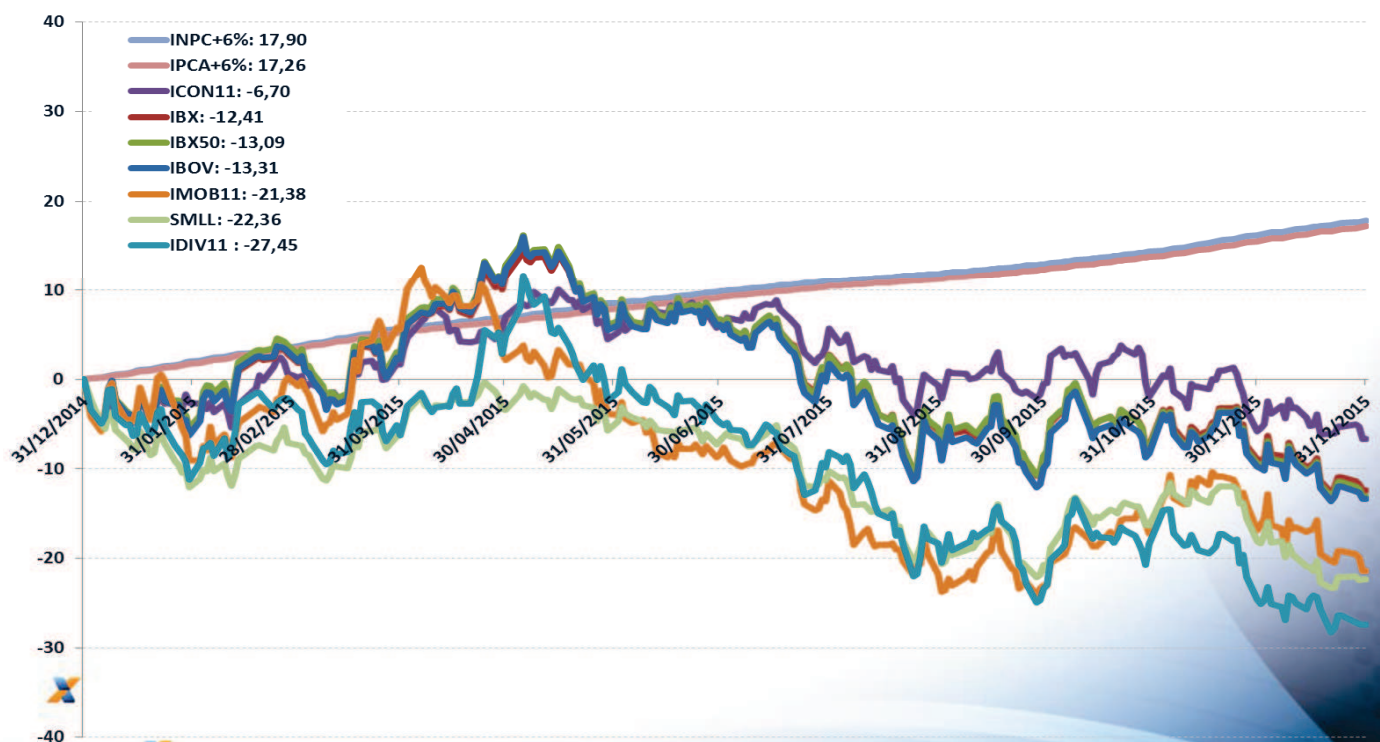
Não houve alteração importante nas taxas dos ativos emitidos pelas Instituições Financeiras de grande porte. As remunerações dos títulos privados emitidos por pequenos e médios bancos não apresentaram mudanças significativa no mês. As ofertas pontuais de DPGE continuaram a surgir, porém em volume reduzido.

IBOVESPA

Em dezembro, a bolsa de valores brasileira fechou em queda de 3,92%, aos 43.349 pontos. Desta maneira, o índice fechou o ano de 2015 com desvalorização de 13,31%. No mês de dezembro, o Ibovespa foi influenciado por notícias relacionadas ao ambiente político e pela continuação da trajetória de queda dos preços das commodities. No exterior, as bolsas de valores fecharam em baixa seguindo a decisão de aumento juros pelo Fed (Banco Central americano) e o recuo das commodities. Os índices Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq variaram -1,66%, -1,73% e -1,97% respectivamente. Na Europa as quedas foram mais acentuadas, variando entre -1,79% (FTSE) e -8,11% (IBEX35). Na Ásia, o índice acionário japonês recuou 3,61% enquanto a bolsa de Xangai valorizou 2,73%.

Em relação ao comportamento do Ibovespa, o destaque de alta foi o setor de Agronegócio, Açúcar e Etanol, com valorização de 4,56%. O movimento do setor teve como destaque a valorização das ações da Cosan, que subiram mais de 4%. O papel foi beneficiado pela expectativa de desinvestimentos por parte da empresa. Na ponta negativa ficou o setor de Siderurgia, que recuou 24,42%. O destaque foi o desempenho das ações PN da Usiminas, que recuaram mais de 29%, fortemente prejudicadas pela perspectiva de demanda fraca por aço após queda anual de mais de 33% nas vendas de automóveis divulgadas pela Fenabrave para outubro, assim como pelos contínuos sinais de enfraquecimento da China.

DESEMPENHO DOS ÍNDICES DE RENDA VARIÁVEL vs META ATUARIAL (31/12/2014 a 31/12/2015)



Fonte: CAIXA



CAIXA

O objetivo desta seção é trazer informações sobre o mercado financeiro para os RPPS

COPOM – Comitê de Política Monetária

Nesta edição do **BOLETIM RPPS** vamos abordar o funcionamento da reunião do **COPOM – Comitê de Política Monetária**.

O Comitê de Política Monetária (Copom) foi instituído em 20 de junho de 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros. A criação do Comitê buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório, a exemplo do que já era adotado pelo *Federal Open Market Committee* (FOMC) do banco central dos Estados Unidos e pelo *Central Bank Council*, do banco central da Alemanha.

A partir de 1999 foi adotado o sistema de **METAS PARA INFLAÇÃO** como diretriz de política econômica. Nesse contexto, as decisões do COPOM acerca do nível de taxa de juros passaram a ter como objetivo cumprir as metas para a inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Caso a meta não seja atingida, cabe ao presidente do Banco Central divulgar, em Carta Aberta ao Ministro da Fazenda, os motivos do descumprimento, bem como as providências e prazo para o retorno da inflação aos limites estabelecidos.

Formalmente, os objetivos do Copom são: **"implementar a política monetária, definir a meta da Taxa Selic e seu eventual viés, e analisar o Relatório de Inflação"**. A taxa de juros fixada na reunião do Copom é a meta para a Taxa Selic, a qual vigora por todo o período entre reuniões ordinárias do Comitê. Se for o caso, o Copom também pode definir o viés, que é a prerrogativa dada ao presidente do Banco Central para alterar, na direção do viés, a meta para a Taxa Selic a qualquer momento entre as reuniões ordinárias.

As reuniões eram mensais desde 2000, mas foram reduzidas para oito ao ano a partir de 2006. Veja abaixo as datas das reuniões de 2016:

19 e 20 de janeiro
1 e 2 de março
26 e 27 de abril
7 e 8 de junho
19 e 20 de julho
30 e 31 de agosto
18 e 19 de outubro
29 e 30 de novembro

As reuniões ordinárias do Copom dividem-se em dois dias: às terças-feiras e quartas-feiras. O Copom é composto pelos membros da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil: o presidente e mais 8 diretores.

No primeiro dia, os chefes de departamento apresentam uma análise detalhada da conjuntura econômica. No segundo dia da reunião, do qual participam apenas os membros do Comitê e o chefe do *Departamento de Estudos e Pesquisas – Depep*, esse último, sem direito a voto, os diretores de Política Monetária e de Política Econômica, após análise das projeções atualizadas para a inflação, apresentam alternativas para a taxa de juros de curto prazo e fazem recomendações acerca da política monetária. Em seguida, os demais membros do Copom fazem suas ponderações e apresentam eventuais propostas alternativas. Ao final, procede-se à votação das propostas, buscando-se, sempre que possível, o consenso. A decisão final - a meta para a Taxa Selic e o viés, se houver - é imediatamente divulgada à imprensa. **As atas das reuniões do Copom são divulgadas às 8h30 da quinta-feira da semana posterior a cada reunião.**

Ao final de cada trimestre civil (março, junho, setembro e dezembro), o Copom publica o documento **"Relatório de Inflação – RTI"**, que analisa detalhadamente a conjuntura econômica e financeira do País, bem como apresenta suas projeções para a taxa de inflação.

O gestor deve ficar atento **às reuniões do COPOM, na divulgação da ata e nos Relatórios de Inflação** pois eles impactam na gestão dos recursos do RPPS. **PENSE NISSO!**



CAIXA

Neste tópico são apresentadas informações sobre os fundos CAIXA destinados aos RPPS

FUNDOS CAIXA ENCERRAM COM DESEMPENHO ACIMA DA META ATUARIAL

No mês de Dezembro, após aproximadamente 5 anos, seis fundos da CAIXA estruturados para os RPPS encerraram suas estratégias e foram encerrados, **entregando resultados superiores à meta atuarial** observada no período de vigência. Tratam-se dos fundos:

- CAIXA BR IPCA I FI RF CP;
- CAIXA BR IPCA II FI RF CP;
- CAIXA BR IPCA III FI RF CP;
- CAIXA BR IPCA IV FI RF CP;
- CAIXA BR IPCA V FI RF CP;
- CAIXA BR IPCA VI FI RF CP.

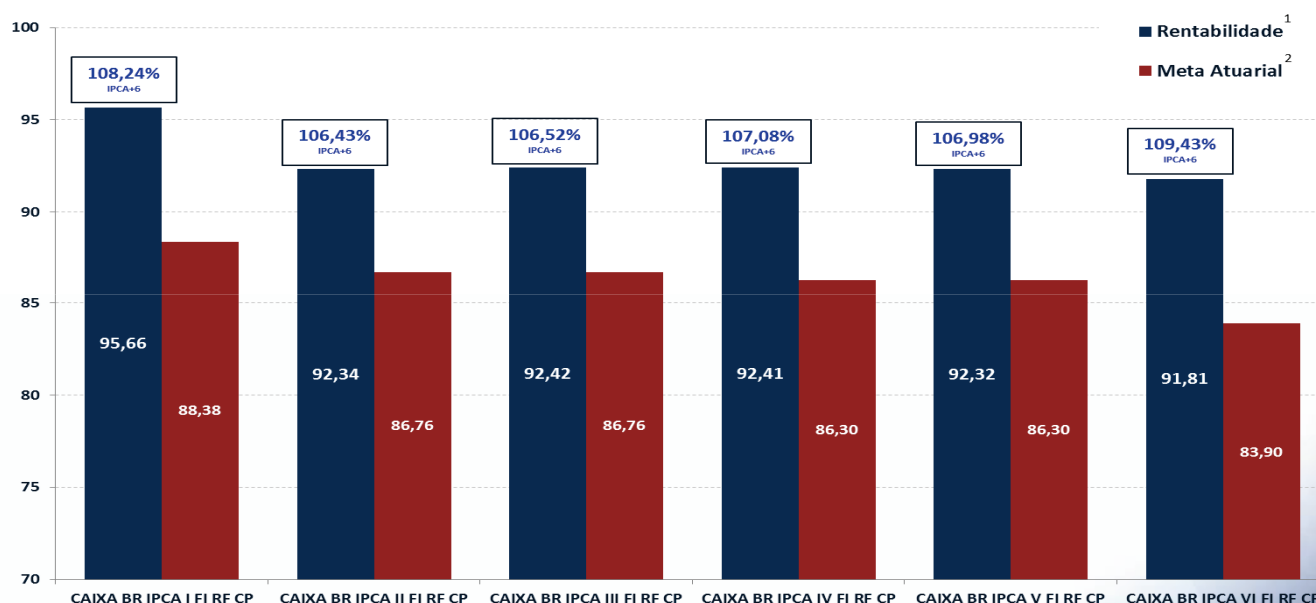


As estratégias faziam parte de uma “família” de 23 fundos criada pela CAIXA para os Regimes Próprios de Previdência entre 2010 e 2011. O fundos aproveitaram oportunidades de emissões de ativos com taxas altas pós crise de 2008 e buscaram proporcionar aos cotistas rentabilidade acima de IPCA+6%, tendo como premissa as perspectivas do cenário à época.

Mais uma vez o olhar especializado da CAIXA para os segmento RPPS somado à expertise na busca por oportunidades resultaram em fundos que superaram a meta atuarial durante o período de investimento.

Vale destacar que mesmo com a elevada volatilidade observada no mercado financeiro nos últimos anos, os investidores que aportaram recursos nos fundos conseguiram rentabilizar suas aplicações a uma taxa superior à meta atuarial. Esse resultado se torna ainda mais interessante se levarmos em conta a baixa exposição a risco de crédito, dado que os fundos possuíam carteiras compostas por **DPGE** – títulos privados emitidos por instituições financeiras que contam com a garantia de R\$ 20 milhões do **FGC - Fundo Garantidor de Crédito**.

Abaixo apresentamos a rentabilidade acumulada dos fundos desde o lançamento até os respectivos encerramentos, bem como o desempenho destes frente a meta atuarial:



Como lembramos em outras edições do nosso boletim, entendemos que o acompanhamento do mercado e a diversificação de portfólio são medidas essenciais para o alcance de resultados.

Diversificação é a palavra chave para alcance de rentabilidade e a CAIXA conta com o portfólio de fundos mais completo do mercado que subsidia de forma quantitativa e qualitativa as estratégias de investimento adotadas pelos gestores de RPPS na busca pelo atingimento da meta atuarial. **FIQUE DE OLHO!**

¹ - Rentabilidade acumulada desde o início dos fundos até o encerramento dos mesmos.

² - Meta Atuarial (IPCA+6) acumulado desde o início dos fundos até o encerramento dos mesmos.

Fundo/Categoria	Patrimônio Líquido	Mes*			Ano			12 Meses					
		Rent.	% CDI	% INPC+6	Rent.	% CDI	% INPC+6	Rent.	% CDI	% INPC+6			
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso I, "b"													
Limite para alocação dos recursos: 100%													
FI BRASIL IMAB LP	R\$ 3.317.951.442,96	1,46	125,71	103,20	98,98	7,27	54,92	40,63	42,13	7,27	54,92	40,63	42,13
FI BRASIL IRF-M 1 TP RF	R\$ 9.050.009.625,96	1,16	100,03	82,12	78,76	12,76	96,40	71,31	73,94	12,76	96,40	71,31	73,94
FI BRASIL IRF-M 1 + TP RF LP (1)	R\$ 140.807.777,25	0,13	10,96	9,00	8,63	3,17	23,98	17,74	18,39	3,17	23,98	17,74	18,39
FI BRASIL IRF-M TOTAL TP RF (3)	R\$ 158.663.542,85	0,53	45,40	37,27	35,75	6,56	49,57	36,67	38,02	6,56	49,57	36,67	38,02
FI BRASIL IMAB 5 LP	R\$ 3.791.382.507,35	2,04	175,98	144,47	138,56	14,86	112,26	83,04	86,11	14,86	112,26	83,04	86,11
FI BRASIL IMAB 5 + LP (2)	R\$ 327.722.344,67	0,96	82,46	67,69	64,92	5,05	38,14	28,22	29,26	5,05	38,14	28,22	29,26
FI BRASIL IMA GERAL	R\$ 1.161.612.391,07	1,04	89,68	73,62	70,61	8,70	65,74	48,63	50,43	8,70	65,74	48,63	50,43
FI BRASIL IDKA IPCA 2 A (3)	R\$ 2.427.609.953,99	1,96	169,06	138,79	133,11	15,50	117,07	86,59	89,80	15,50	117,07	86,59	89,80
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso III													
Limite para alocação dos recursos: 80%													
FIC NOVO BRASIL IMAB	R\$ 2.360.710.492,14	1,21	104,06	85,43	81,94	8,59	64,88	47,99	49,77	8,59	64,88	47,99	49,77
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso IV													
Limite para alocação dos recursos: 30%													
FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	R\$ 144.966.142,50	1,09	93,60	76,84	73,70	12,30	92,91	68,72	71,27	12,30	92,91	68,72	71,27
FI BRASIL TP LP	R\$ 1.822.392.479,27	1,13	97,11	79,72	76,46	12,82	96,84	71,63	74,28	12,82	96,84	71,63	74,28
FI ALIANÇA TP LP	R\$ 387.646.890,78	1,13	97,03	79,66	76,40	12,77	96,48	71,37	74,01	12,77	96,48	71,37	74,01
FI RS TP LP	R\$ 287.214.731,60	1,12	96,72	79,40	76,16	12,77	96,45	71,35	73,98	12,77	96,45	71,35	73,98
Referenciado DI - Art. 7º, Inciso IV													
Limite para alocação dos recursos: 30%													
FI BRASIL REF DI LP	R\$ 4.154.681.902,24	1,16	99,58	81,75	78,41	13,32	100,59	74,41	77,16	13,32	100,59	74,41	77,16
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso VII, "b"													
Limite para alocação dos recursos: 5%													
FI BRASIL IPCA V CRED PRIV	R\$ 87.169.747,84	1,54	132,40	108,70	104,25	16,85	127,25	94,13	97,61	16,85	127,25	94,13	97,61
FI BRASIL IPCA VI CRED PRIV	R\$ 88.563.041,80	1,53	132,17	108,50	104,07	16,81	126,96	93,91	97,38	16,81	126,96	93,91	97,38
FI BRASIL IPCA VII CRED PRIV	R\$ 90.033.636,40	1,60	137,65	113,00	108,38	16,88	127,52	94,33	97,82	16,88	127,52	94,33	97,82
FI BRASIL IPCA VIII CRED PRIV	R\$ 83.581.941,29	1,59	137,16	112,60	108,00	16,88	127,53	94,34	97,83	16,88	127,53	94,34	97,83
FI BRASIL IPCA IX CRED PRIV	R\$ 95.088.513,20	1,57	135,37	111,14	106,59	16,52	124,75	92,28	95,69	16,52	124,75	92,28	95,69
FI BRASIL IPCA X CRED PRIV	R\$ 93.878.732,37	1,53	131,89	108,27	103,85	16,48	124,49	92,08	95,49	16,48	124,49	92,08	95,49
FI BRASIL IPCA XI CRED PRIV	R\$ 109.147.188,40	1,58	135,66	111,37	106,81	16,51	124,68	92,22	95,64	16,51	124,68	92,22	95,64
FI BRASIL IPCA XII CRED PRIV	R\$ 111.178.915,37	1,60	137,76	113,09	108,47	16,57	125,17	92,59	96,01	16,57	125,17	92,59	96,01
FI BRASIL IPCA XIII CRED PRIV	R\$ 100.477.815,34	1,48	127,56	104,72	100,44	16,30	123,10	91,05	94,42	16,30	123,10	91,05	94,42
FI BRASIL IPCA XIV CRED PRIV	R\$ 93.767.909,44	1,48	127,40	104,59	100,31	16,31	123,19	91,13	94,50	16,31	123,19	91,13	94,50
FI BRASIL IPCA XV CRED PRIV	R\$ 92.436.217,27	1,51	129,95	106,69	102,32	16,31	123,19	91,12	94,50	16,31	123,19	91,12	94,50

* Rentabilidade referente a Dezembro/2015

Regulamentação: Instrução CVM 409/04 e alterações posteriores / Resolução CVM 3.927/10

Regulamento disponível no site da CAIXA: www.caixa.gov.br

Fórum de educação financeira da ANBIMA - Como Investir: www.comoinvestir.com.br

Auditor: Ernst & Young Treco Auditores Independentes S/S



Atendimento ao Colista:

As informações sobre o Fundo poderão ser consultadas: I - Diretamente nos pontos de venda; II - Pela "Internet" nos endereços eletrônicos: a) www.caixa.gov.br b) www.cvm.gov.br III - SAC: 0800 726 0101. IV - Ouvidoria Caixa: 0800 725 7474. V - Atendimento a pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492



Fundo/Categoria	Patrimônio Líquido	Mês*				Ano				12 Meses			
		Rent.	% BENCH	% INPC+6	% IPCA+6	Rent.	% BENCH	% INPC+6	% IPCA+6	Rent.	% BENCH	% INPC+6	% IPCA+6
Ações - Art. 8º, Inciso I													
Limite para alocação dos recursos: 30%													
FI ACOES IBOVESP A (1)	R\$ 57.431.667,61	-4,17				-16,56				-16,56			
FI ACOES BRASIL IBX - 50 (2)	R\$ 75.890.978,59	-3,08				-15,49				-15,49			
Ações - Art. 8º, Inciso II													
Limite para alocação dos recursos: 20%													
FI ACOES BRASIL ETF IBOVESP A	R\$ 17.361.682,70	-4,03				-14,35				-14,35			
Ações - Art. 8º, Inciso III													
Limite para alocação dos recursos: 15%													
FI C ACOES VALOR SMALL CAP RPPS (3)	R\$ 161.667.708,54	2,22		157,17	150,75	-12,75				-12,75			
FI C ACOES VALOR DIVIDENDOS RPPS (4)	R\$ 307.949.066,22	0,11		8,08	7,75	-3,22				-3,22			
FI A PETROBRAS PRE-SAL (5)	R\$ 9.805.061,04	-12,65				-33,34				-33,34			
FI A CONSUMO	R\$ 13.185.835,81	-0,83				-12,25				-12,25			
FI ACOES VALE DO RIO DOCE (6)	R\$ 207.443.165,19	-1,08				-37,62				-37,62			
FI ACOES DIVIDENDOS (4)	R\$ 29.513.150,53	-3,09				-26,33				-26,33			
FI ACOES ISE (8)	R\$ 3.322.969,95	-2,41				-13,85				-13,85			
FI ACOES CONSTRUCAO CIVIL (6)	R\$ 7.638.581,05	-5,31				-19,25				-19,25			
FI ACOES INFRAESTRUTURA (7)	R\$ 11.477.100,24	-3,35				-26,96				-26,96			
FI ACOES BDR INSTITUCIONAL NIVEL I (8)	R\$ 117.362.050,39	0,60	146,78	42,73	40,98	49,19	94,06	274,81	284,98	49,19	94,06	274,81	284,98
Multimercado - Art. 8º, Inciso IV													
Limite para alocação dos recursos: 5%													
FI BRASIL IPCA I MULTIMERCADO	R\$ 84.211.346,71	1,52	131,04	107,57	103,17	16,67	125,91	93,13	96,58	16,67	125,91	93,13	96,58
FI BRASIL IPCA II MULTIMERCADO	R\$ 84.282.592,40	1,52	131,02	107,56	103,16	16,67	125,91	93,13	96,58	16,67	125,91	93,13	96,58
FI BRASIL IPCA III MULTIMERCADO	R\$ 85.786.588,96	1,56	134,58	110,48	105,97	16,81	126,99	93,93	97,41	16,81	126,99	93,93	97,41
FI BRASIL IPCA IV MULTIMERCADO	R\$ 85.668.172,36	1,56	134,63	110,52	106,00	16,82	127,03	93,96	97,44	16,82	127,03	93,96	97,44
FI BRASIL IPCA V MULTIMERCADO	R\$ 87.169.747,94	1,54	132,40	108,70	104,25	16,85	127,25	94,13	97,61	16,85	127,25	94,13	97,61
FI BRASIL IPCA VI MULTIMERCADO	R\$ 88.563.041,80	1,53	132,17	108,50	104,07	16,81	126,96	93,91	97,38	16,81	126,96	93,91	97,38
FI BRASIL IPCA VII MULTIMERCADO	R\$ 90.033.636,40	1,60	137,65	113,00	108,38	16,88	127,52	94,33	97,82	16,88	127,52	94,33	97,82
FI BRASIL IPCA VIII MULTIMERCADO	R\$ 83.581.941,29	1,59	137,16	112,60	108,00	16,88	127,53	94,34	97,83	16,88	127,53	94,34	97,83

* Rentabilidade referente a Dezembro/2015

Regulamentação: Instrução CVM 409/04 e alterações posteriores / Resolução CVM 3.922/10
 Regulamento disponível no site da CAIXA: www.caixa.gov.br
 Portal de educação financeira da ANBIMA - Como Investir: www.comoinvestir.com.br
 Administrador, Gestor, Distribuidor e Custodiante: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 Auditor: Eriel & Young Terceiros Auditores Independentes S/S
 BENCHMARK: (1) SMLL - (2) PEPR - (3) VALE I - (4) IDIV - (5) ISE - (6) JMOB - (7) IBOV - (8) IBX-50 - (9) BDRX11 - Conforme Portaria 07/2014/MPS este fundo não permite novas aplicações de RPPS após 01/09/2014. Os valores aplicados antes desta data estão em conformidade com a Res. CVM 3922 e não precisam ser resgatados.



Atendimento ao Cliente:
 As informações sobre o Fundo poderão ser consultadas: I - Diretamente nos pontos de venda; II - Pela "Internet" nos endereços eletrônicos: a) www.caixa.gov.br b) www.cominvestir.com.br - SAC: 0800 726 0101 IV - Ouvidoria Caixa: 0800 726 7474 V - Atendimento a pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

ESTI DO DOCUMENTO ESTÁ SUJEITO A MODIFICAÇÕES E TEM CARÁTER EXCLUSIVAMENTE INFORMATIVO, NÃO SE CONSTITUINDO EM ACONSELHAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE COTAS DESTES FUNDOS. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM A GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTILHA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU ANUO, DO FUNDO GARANTIDOR DE COTAS APLICADAS EM FUNDO DE INVESTIMENTO QUE LUTIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TALS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO APLICADAS, PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS CONTRATANTES. LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR. A RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU FUNDO GARANTIDOR DE CÉDITO - RES. O FUNDO ESTÁ SUJEITO A RISCO DE PERDA SUBSTANCIAL DE SEU PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM CASO DE EVENTOS QUE ACABEM EM O NÃO PAGAMENTO DOS ATIVOS INTEGRANTES DE SUA CARTILHA, INCLUSIVE POR FALHA DE INTERVENÇÃO, LÍQUIDAÇÃO, REGIME DE ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, OU EXTRAJUDICIAL, DOS EMISSORES RESPONSÁVEIS PELOS ATIVOS DO FUNDO.